



Nota sobre a avaliação completa realizada em 2015

A presente nota disponibiliza informação detalhada sobre os principais aspetos do exercício de avaliação completa conduzido em 2015, incluindo bancos abrangidos, metodologia, estrutura organizativa, garantia da qualidade e resultados do exercício.

1 Bancos abrangidos

A seleção dos nove bancos objeto da avaliação completa de 2015 pautou-se pelos critérios relativos ao caráter significado das instituições de crédito, definidos no Regulamento do Mecanismo Único de Supervisão (MUS), que determinam a elegibilidade dos bancos para serem supervisionados diretamente pelo Banco Central Europeu (BCE). Esses critérios incluem:

- o facto de o valor total dos ativos de um banco exceder €30 mil milhões ou 20% do produto interno bruto (PIB) do Estado-Membro em causa;
- o facto de um banco passar a ser uma das três instituições de crédito de maior importância sistémica num Estado-Membro participante; e
- o caráter significativo das atividades transfronteiras, ao nível do MUS, de um grupo bancário.

Cinco dos bancos avaliados tinham já passado a ser considerados significativos em 2014. Quatro deles – o Banque Degroof S.A. (Bélgica), o Sberbank Europe AG (Áustria), o Unicredit Slovenia (Eslovénia)¹ e o VTB Bank AG (Áustria) – não tinham sido incluídos na avaliação completa realizada em 2014, sendo, por conseguinte, abrangidos pelo exercício deste ano. O quinto, o Novo Banco S.A. (Portugal), foi criado em 2014 na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, o qual foi incluído no exercício de 2014, mas não o concluiu. Dado que os ativos do Novo Banco foram sujeitos a uma análise da qualidade dos ativos e a uma auditoria especial em 2014, a avaliação completa de 2015 restringiu-se à componente de teste de esforço.

Os restantes quatro bancos avaliados – a Agence Française de Développement (França), o J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A. (Luxemburgo), a Medifin Holding Limited² (Malta) e a Kuntarahoitus Oyj (Municipality Finance plc) (Finlândia) – foram

¹ O Unicredit Slovenia é uma das três instituições de crédito de maior dimensão da Eslovénia, sendo, portanto, classificado como significativo. A instituição-mãe, o UniCredit S.p.A., foi abrangida pela avaliação completa efetuada em 2014, mas as carteiras da sua filial eslovena não foram objeto de uma análise pormenorizada na altura.

² Holding do Mediterranean Bank plc.

incluídos porque passarão a ser considerados significativos a partir de janeiro de 2016, à luz dos critérios atrás mencionados.

O total de ativos de cada um dos nove bancos abrangidos situa-se entre €2.6 mil milhões e €57.4 mil milhões, o que os coloca entre as instituições de menor dimensão sob supervisão direta do BCE.

2 Metodologia aplicada, estrutura organizativa e garantia da qualidade

A avaliação completa conduzida em 2015 assentou em dois pilares básicos: uma análise da qualidade dos ativos e um teste de esforço. A metodologia aplicada foi, de um modo geral, idêntica à seguida no exercício de 2014. A avaliação completa foi realizada pelo BCE, em estreita cooperação com as autoridades nacionais competentes, tendo sido apoiada por assessores externos (incluindo auditores, consultores e avaliadores). Este ano, a Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority* – EBA) não esteve envolvida no teste de esforço.

2.1 Análise da qualidade dos ativos

Metodologia

A análise da qualidade dos ativos consistiu numa avaliação, num determinado momento do tempo, da exatidão dos montantes escriturados dos ativos dos bancos em 31 de dezembro de 2014 e proporcionou o ponto de partida para o teste de esforço. Baseou-se na metodologia uniforme e nas definições harmonizadas aplicadas no exercício de 2014, tal como descritas no manual sobre a análise da qualidade dos ativos³, e incluiu, entre outros aspetos, uma análise da classificação dos devedores em “devedores cumpridores” (*performing debtors*) e “devedores em situação de incumprimento” (*non-performing debtors*), bem como uma avaliação granular dos níveis de provisões específicas e coletivas, complementada por uma análise da valorização dos ativos de garantia.

As provisões específicas foram avaliadas com base na análise de ficheiros de crédito específicos e na projeção dos resultados, ao passo que as provisões coletivas foram analisadas utilizando um modelo de confronto. A seleção das carteiras para a análise aprofundada e da amostra de ficheiros de crédito dessas carteiras foram efetuadas seguindo as metodologias aplicadas em 2014, assegurando uma cobertura e representatividade adequadas. No contexto da análise da qualidade dos ativos, módulos de trabalho específicos centraram-se

³ O manual sobre a análise da qualidade dos ativos encontra-se disponível no sítio Web do BCE dedicado à supervisão bancária (<http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/assetqualityreviewphase2manual201403en.pdf?e8cc41ce0e4ee40222cbe148574e4af7>).

ainda nos processos, políticas e práticas contabilísticas dos bancos, no cálculo do ajustamento da avaliação de crédito relativamente a instrumentos derivados e nas exposições referentes a ativos de nível 3 mensurados pelo justo valor (quando relevante). Partindo dos resultados agregados dos vários módulos de trabalho, foram calculados os ajustamentos totais dos fundos próprios principais de nível 1 (FPP1) a realizar na sequência da análise da qualidade dos ativos. Os bancos estavam obrigados a cumprir um rácio mínimo de FPP1 de 8%, tendo em conta esses ajustamentos.

Em consonância com o tratamento de casos idênticos no exercício de 2014, a análise da qualidade dos ativos realizada para dois bancos – o J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A. e a Kuntarahoitus Oyj (Municipality Finance plc) – restringiu-se à análise das políticas, dos processos e das práticas contabilísticas, dado que os modelos de negócio destes bancos não incidem sobre a atividade regular de concessão de crédito, justificando-se, por conseguinte, que sejam tratados como instituições com um risco de crédito bancário mínimo.

Estrutura organizativa e garantia da qualidade

Tal como em 2014, a realização da análise da qualidade dos ativos e o processo de garantia da qualidade assentaram num modelo de “três linhas de defesa”. As equipas bancárias (primeira linha), compostas sobretudo por auditores, aplicaram a metodologia da análise da qualidade dos ativos ao nível dos bancos. As autoridades nacionais competentes e os supervisores do BCE (segunda linha) certificaram a qualidade dos resultados antes de estes serem apresentados ao Gabinete de Gestão de Projeto Central do BCE (terceira linha), que geriu globalmente o processo e realizou o trabalho final de garantia da qualidade, assegurando uma aplicação coerente da metodologia, bem como condições equitativas entre os bancos abrangidos e face ao exercício de 2014. As atividades de garantia da qualidade, como a verificação minuciosa dos cálculos das equipas bancárias, as análises comparativas e a discussão detalhada de aspetos fulcrais, contribuíram consideravelmente para o rigor e a coerência dos resultados finais da análise da qualidade dos ativos.

Dado que o exercício de 2015 foi conduzido pelo BCE enquanto autoridade de supervisão, ao passo que o exercício de 2014 foi realizado como preparação para essa função, o BCE (e não as autoridades nacionais competentes) lançou um concurso público para contratar serviços de auditoria e o seu grau de envolvimento na realização da análise da qualidade dos ativos a nível de cada banco sob a sua supervisão direta foi maior.

2.2 Teste de esforço

Metodologia

O teste de esforço visou avaliar a resiliência dos bancos a desenvolvimentos adversos no mercado e o potencial aumento do risco sistémico em situações de tensão, utilizando um cenário macroeconómico comum de base e outro adverso, desenvolvidos em estreita cooperação entre as autoridades nacionais competentes, a Comissão Europeia e o BCE.

Os cenários abrangeram o período de 2015 a 2017, sendo o cenário de base baseado nas previsões do inverno de 2015 da Comissão Europeia para a evolução das principais variáveis macroeconómicas e financeiras em 2015 e 2016, enquanto os valores para 2017 se basearam em várias previsões do BCE, dos bancos centrais nacionais e do FMI disponíveis ao público. O cenário adverso foi construído mediante a aplicação de desvios face ao cenário de base, em linha com os calibrados para o cenário adverso utilizado na avaliação completa de 2014, captando os mesmos riscos macrofinanceiros, incluindo:

- um aumento das taxas de rendibilidade das obrigações internacionais, ampliado por uma inversão abrupta da avaliação do risco, especialmente no que respeita às economias dos mercados emergentes, e por bolsas de iliquidez do mercado;
- uma deterioração adicional da qualidade do crédito em países com uma procura débil, fundamentos fracos e setores bancários ainda vulneráveis;
- um adiamento de reformas, que compromete a confiança na sustentabilidade das finanças públicas;
- a ausência da necessária correção dos balanços dos bancos para manter o financiamento no mercado a preços acessíveis.

Estes riscos foram associados a choques económicos e financeiros simulados no cenário adverso, tão graves como os aplicados no exercício de 2014.

Os cenários abrangeram tantos os Estados-Membros da União Europeia (UE) como territórios fora da UE onde os bancos envolvidos têm exposições significativas. O cenário de base projetou uma recuperação da economia da UE relativamente forte e generalizada, com uma taxa de crescimento real do PIB de 1.7% em 2015, 2.1% em 2016 e 2.0% em 2017 e uma descida das taxas de desemprego em praticamente todos os Estados-Membros da UE. No cenário adverso, a combinação de todos os choques levaria a uma redução de 7.0% do PIB da UE em 2017, em comparação com o cenário de base. A economia da UE registaria uma contração ao longo de um período de dois anos, seguindo-se uma recuperação fraca em 2017. O desemprego aumentaria na maioria dos países da UE e a taxa de desemprego a nível da UE subiria para 11.5%, ou seja, quase 3 pontos percentuais acima do nível do cenário de base.

Pressupôs-se que as taxas de juro de curto e de longo prazo permaneceriam baixas durante um período prolongado no cenário de base e que as taxas de juro de longo prazo agregadas a nível da UE aumentariam lentamente, atingindo 1.5% em 2017. Pelo contrário, no cenário adverso, as taxas de juro de longo prazo, medidas pelas taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública a 10 anos, subiriam abruptamente em todos os países da UE. Essa subida atingiria, em termos agregados, 150 pontos base em 2015, registando um abrandamento em 2016 e 2017, que se traduziria num aumento de 110 pontos base, em comparação com os valores no final de 2014.

O teste de esforço foi conduzido seguindo a metodologia uniforme e as definições harmonizadas utilizadas no exercício de 2014, tal como descritas no manual sobre o teste de esforço no âmbito da avaliação completa⁴. Embora as componentes do teste de esforço tenham sido análogas às do exercício de 2014 no que respeita ao alcance dos riscos analisados e das metodologias, justificou-se uma redução da complexidade de acordo com o princípio da proporcionalidade. Os resultados do teste de esforço foram ajustados no sentido de ter em conta as conclusões da análise da qualidade dos ativos nas projeções para os cenários de base e adverso num processo, designado “integração” (*join-up*), adiante descrito.

Estrutura organizativa e garantia da qualidade

O processo para assegurar um tratamento consistente, abrangente e transparente dos resultados de cada banco foi idêntico ao do exercício do ano passado, excetuando o facto de (contrariamente a 2014) a EBA não ter estado envolvida. Os cálculos do teste de esforço “da base para o topo” apresentados pelos bancos foram sujeitos a verificação e avaliação por parte das autoridades nacionais competentes e dos supervisores do BCE, bem como a um trabalho adicional sistemático de garantia da qualidade realizado a nível central por uma equipa do BCE. Esta estrutura organizativa assegurou a coerência e a comparabilidade dos resultados entre bancos e Estados-Membros abrangidos.

Os procedimentos de garantia da qualidade resultaram em revisões dos resultados do teste de esforço “da base para o topo”, face aos resultados inicialmente apresentados pelos bancos. Essas revisões foram necessárias para dar resposta a preocupações assinaladas pelos supervisores. Em caso de diferendo, os bancos tiveram de proporcionar explicações e cumprir normas definidas em termos de prova, a fim de justificar divergências significativas em relação aos valores esperados. Sempre que as explicações fornecidas pelos bancos foram consideradas insuficientes, pediu-se-lhes que cumprissem os requisitos metodológicos. A garantia da qualidade foi um processo iterativo que envolveu múltiplas rondas de apresentação de modelos pelos bancos. Tal como aconteceu no exercício de 2014, este processo teve um impacto significativo nos resultados finais

⁴ O manual encontra-se disponível no sítio Web do BCE dedicado à supervisão bancária (<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/castmanual201408en.pdf>).

do teste de esforço, dado que as alterações que os bancos tiveram de introduzir nos seus cálculos se traduziram numa diminuição considerável dos rácios de FPP1, comparando os resultados iniciais apresentados com os resultados finais. Para assegurar condições de igualdade, nos casos em que os bancos não cumpriram as orientações metodológicas facultadas a nível central e não forneceram explicações satisfatórias ao BCE, este definiu um ajustamento em termos de garantia da qualidade no sentido de estipular as revisões necessárias de rubricas específicas.

2.3 Integração

Dado que a análise da qualidade dos ativos identificou diferenças nas avaliações de ativos efetuadas pelos bancos, foi necessário ajustar o ponto de partida e as projeções subsequentes do teste de esforço. A integração da análise da qualidade dos ativos e do teste de esforço combinou o impacto de ambas as componentes, ajustando o ponto de partida do teste de esforço, tomando em consideração diretamente os ajustamentos dos FPP1 realizados na sequência dos resultados da avaliação da qualidade dos ativos e refletindo a informação sobre o desempenho dos ativos, obtida através da análise da qualidade dos ativos – nomeadamente dados relativos a crédito referentes a carteiras de ativos contabilizados com base na especialização –, nas projeções do teste de esforço.

No exercício deste ano, a integração foi realizada pelos próprios bancos, com base nos resultados preliminares da análise da qualidade dos ativos e de acordo com uma metodologia definida a nível central. Todos os bancos que precisaram de proceder a uma integração utilizaram uma aplicação especificamente desenvolvida para o efeito, disponibilizada pelo BCE. Os resultados finais foram objeto de um controlo de qualidade pelas autoridades nacionais competentes, bem como pelos supervisores e o Gabinete de Gestão de Projeto Central do BCE.

3 Resultados da avaliação completa de 2015

No cômputo geral, a avaliação completa identificou um défice de fundos próprios de €1.74 mil milhões em cinco dos bancos abrangidos, após uma comparação dos rácios de solvabilidade projetados com os limiares definidos para o exercício⁵. Com base no impacto combinado da análise da qualidade dos ativos e do teste de esforço após ajustamentos resultantes do processo de garantia da qualidade, a descida média ponderada do rácio de FPP1 dos bancos avaliados ascendeu a 605 pontos base.

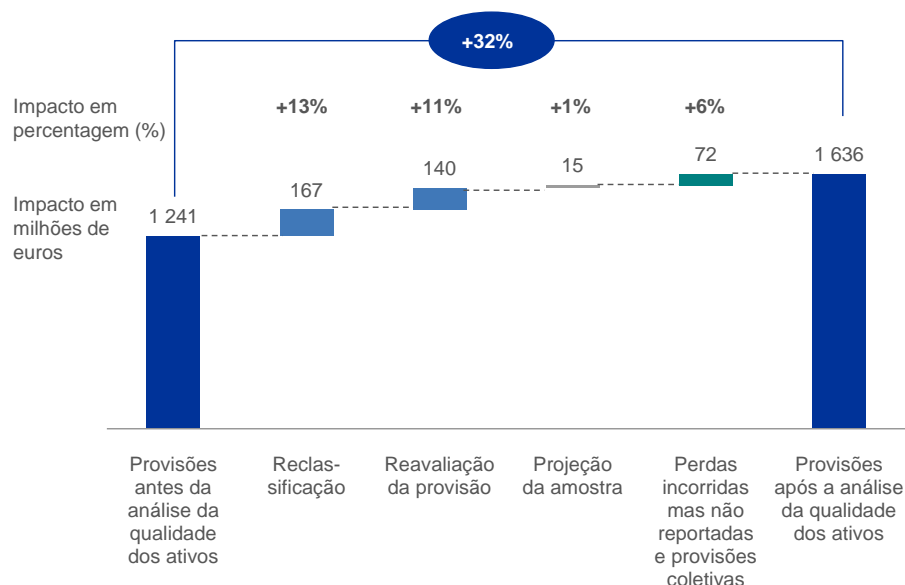
⁵ Um limiar de 8% para o rácio de FPP1 no cenário de base e na análise da qualidade dos ativos e de 5.5% no cenário adverso.

3.1 Análise da qualidade dos ativos

Em termos agregados, os ajustamentos dos valores escriturados, em 31 de dezembro de 2014, dos ativos dos bancos envolvidos, realizados na sequência da análise da qualidade dos ativos, cifraram-se em €453 milhões (dos quais €395 milhões se deveram a ajustamentos de provisões e €58 milhões resultaram do ajustamento da avaliação de crédito e da análise do justo valor). Estes ajustamentos advieram principalmente de ativos contabilizados com base na especialização e refletiram, em particular, aumentos de provisões específicas associadas a exposições não relacionadas com a carteira de retalho e provisões para perdas incorridas mas não reportadas (*incurred but not reported* – IBNR). O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos ajustamentos de provisões pelas respetivas fontes. Em termos agregados, estes ajustamentos levaram a um aumento de 32% das provisões ao nível do conjunto dos bancos abrangidos, o que compara com um aumento de cerca de 12% no exercício de 2014. Como mostra o Gráfico 2, os ajustamentos de provisões incidiram principalmente sobre as carteiras empresariais.

Gráfico 1
Ajustamentos de provisões realizados na sequência da análise da qualidade dos ativos⁶

(em milhões de euros)

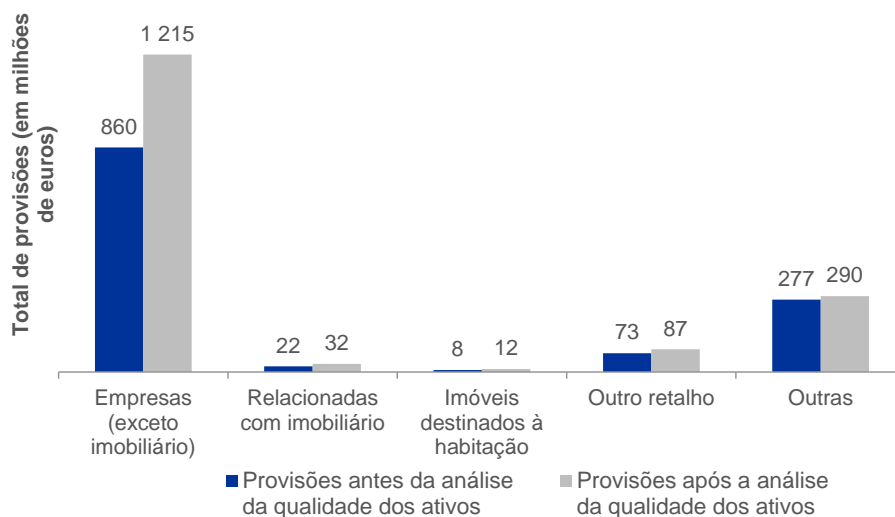


⁶ Ajustamentos de provisões em todas as carteiras selecionadas para a análise da qualidade dos ativos deste ano, decorrentes da análise de ficheiros de crédito, da projeção de resultados e da avaliação dos modelos de imparidade coletiva. O impacto do ajustamento da avaliação do crédito e da análise do justo valor não é refletido no gráfico.

Gráfico 2

Ajustamentos de provisões realizados na sequência da análise da qualidade dos ativos⁷

(em milhões de euros)



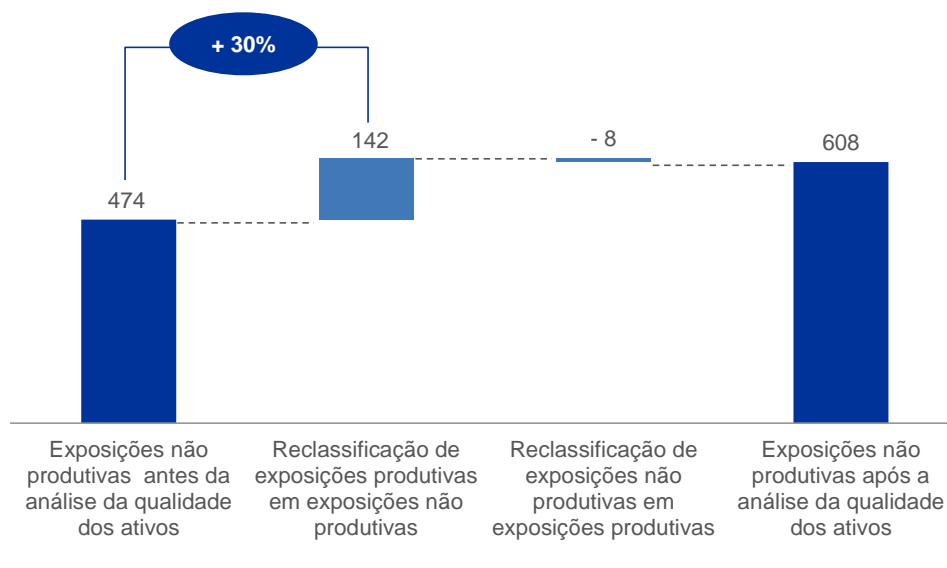
Os ajustamentos de provisões indicados refletem o facto de, no âmbito da análise da qualidade dos ativos, ter sido identificado um montante significativo de exposições não produtivas (*non-performing exposures* – NPE) adicionais, que levou a um aumento do número de devedores em situação de incumprimento para um total de 134 entre os bancos avaliados (ver Gráfico 3), em virtude da adoção de uma definição de “exposição não produtiva” harmonizada e comparável, incluindo a análise da reestruturação de crédito (*forbearance*) como fator desencadeador da classificação de uma exposição como não produtiva.

⁷ Ajustamentos de provisões entre todas as carteiras seleccionadas para a análise da qualidade dos ativos deste ano, decorrentes da análise de ficheiros de crédito, da projecção de resultados e da avaliação dos modelos de imparidade coletiva. O impacto do ajustamento da avaliação do crédito e da análise do justo valor não é refletido no gráfico.

Gráfico 3

Reclassificações resultantes da análise de ficheiros de crédito

(em número de devedores)



Globalmente, os ajustamentos dos valores escriturados, realizados na sequência da análise da qualidade dos ativos, tiveram um impacto agregado de €348 milhões nos FPP1, após terem sido considerados os efeitos dos impostos e da proteção contra o risco, levando a variações líquidas dos rácios de FPP1 entre 0 e -160 pontos base. O impacto médio ponderado da análise da qualidade dos ativos nos rácios de FPP1 foi de -69 pontos base. O Quadro 1 apresenta os resultados da análise da qualidade dos ativos para todos os bancos abrangidos, por módulo de trabalho, incluindo o impacto global nos rácios de FPP1.

Quadro 1

Resultados da análise da qualidade dos ativos ao nível de cada banco

Nome do banco	FPP1 antes da análise da qualidade dos ativos ²⁾ <i>Em milhões de euros</i>	Análise de ficheiros de crédito <i>Em milhões de euros</i>	Projeção de resultados <i>Em milhões de euros</i>	Análise dos modelos de imparidade coletiva <i>Em milhões de euros</i>	Ajustamento da avaliação de crédito/ Análise do justo valor <i>Em milhões de euros</i>	Efeitos dos impostos/ da proteção contra o risco <i>Em milhões de euros</i>	FPP1 após a análise da qualidade dos ativos <i>Em milhões de euros</i>	Impacto da análise da qualidade dos ativos <i>Em pontos base</i>
AFD (França)	2 752	-139	-12	27 ³⁾	0	38	2 667 ⁴⁾	-31
Bank Degroof (Bélgica)	426	-11	0	-8	-1	4	411	-62
Medifin Holding (Malta)	153	-6	0	-7	0	1	140	-87
UniCredit (Eslovénia)	213	0	0	-2	0	0	211	-15
JP Morgan ¹⁾ (Luxemburgo)	935	N/A	N/A	N/A	N/A	0	935	0
Muni. Finance ¹⁾ (Finlândia)	556	N/A	N/A	N/A	-28	6	534	-140
Sberbank (Áustria)	1 069	-78	-4	-40	0	20	967	-108
VTB (Áustria)	717	-73	0	-44	-29	37	607	-160

Notas: N/A significa "não aplicável". 1) Não foram selecionadas quaisquer carteiras e, portanto, a análise de ficheiros de crédito, a projeção de resultados e a avaliação do modelo de imparidade coletiva não foram realizadas. 2) FPP1 em 31 de dezembro de 2014 e antes da análise da qualidade dos ativos (exceto no que respeita à instituição Medifin Holding, cujos FPP1 antes da análise da qualidade dos ativos são os à data de 31 de março de 2015). 3) Impacto positivo decorrente da redução das perdas incorridas mas não reportadas do banco na proporção das novas exposições não produtivas, sendo as novas provisões específicas resultantes da análise da qualidade dos ativos refletidas no impacto da análise dos ficheiros de crédito. 4) Exclui 36% do impacto da análise da qualidade dos ativos nas exposições de uma filial do AFD, uma vez que corresponde a interesses minoritários (-€17 milhões).

Além dos resultados quantitativos atrás descritos, a análise da qualidade dos ativos proporcionou também várias conclusões qualitativas no que respeita a processos, políticas e sistemas dos bancos avaliados. Trata-se de questões que exigem medidas corretivas e serão abordadas pelas equipas conjuntas de supervisão no seguimento da avaliação completa.

3.2 Teste de esforço e integração

O impacto agregado nos rácios de FPP1 do teste de esforço considerado isoladamente (ou seja, antes da integração dos resultados da análise da qualidade dos ativos) traduziu-se numa descida média ponderada de 34 pontos base no cenário de base e de 527 pontos base no cenário adverso⁸, ao longo do horizonte de três anos do teste de esforço. Mais especificamente, embora se tenha registado uma ligeira diminuição dos rácios de FPP1 no cenário de base, o cenário adverso levou a um decréscimo mais acentuado, devido aos choques nele projetados. Estes efeitos líquidos combinam vários efeitos compensatórios entre o impacto na

⁸ O impacto é calculado como a soma dos vários impactos nas rubricas de fundos próprios e de ativos ponderados pelo risco (*risk weighted assets – RWA*). Por conseguinte, poderá divergir ligeiramente do valor arredondado do impacto agregado.

capacidade de absorção de perdas dos bancos e a imparidade verificada nos cenários do teste de esforço.

Os principais fatores impulsionadores do cenário adverso, tal como refletidos no delta entre o efeito do cenário de base e o efeito do cenário adverso ilustrado no Quadro 2, estiveram relacionados com a imparidade de ativos financeiros (-266 pontos base), com a margem financeira (-151 pontos base) e com perdas em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e em ativos financeiros disponíveis para venda (-111 pontos base).

Estes valores refletem os choques simulados no cenário adverso. A magnitude global é coerente com a evolução projetada para os principais parâmetros macroeconómicos, tais como a queda significativa do PIB e o aumento da taxa de desemprego comparativamente com o cenário de base. A distribuição geográfica das exposições é, naturalmente, um fator importante no que respeita ao impacto do cenário adverso nos fundos próprios a nível de cada banco, sendo os bancos com exposições significativas a países e regiões considerados vulneráveis a apresentar um maior impacto.

Quadro 2

Impacto médio por componente do teste de esforço

Componente do teste de esforço	Efeito do teste de esforço (em pontos base)	
	Cenário de base	Cenário adverso
Margem financeira	496	345
Resultados líquidos de serviços e comissões	322	304
Resultados em operações financeiras	0	-14
Imparidade de ativos financeiros (exceto ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados)	-198	-464
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda	-25	-136
Gastos gerais administrativos e outras despesas	-607	-607
Impostos, dividendos e outros	2	89
Impacto total nos FPP1	-9	-483
Ativos ponderados pelo risco	-24	-44
Impacto total nos FPP1%	-34	-527

No cenário de base do teste de esforço, os rácios de FPP1 após a análise da qualidade dos ativos, o teste de esforço e a integração situaram-se num intervalo entre 8.2% e 32.7%⁹. A descida média ponderada do rácio de FPP1 dos nove bancos abrangidos ascendeu a 138 pontos base, não tendo qualquer banco registado níveis abaixo do limiar de 8%.

⁹ Para cada cenário, o rácio final após o teste de esforço e a integração é definido como o rácio de FPP1 mais baixo durante o período de três anos (2015 a 2017).

No cenário adverso, os rácios de FPP1 situaram-se entre 2.4% e 31.9% no conjunto dos bancos abrangidos, apresentando, assim, uma descida média ponderada de 605 pontos base face ao seu ponto de partida.

Após uma comparação dos novos rácios de FPP1 com os limiares¹⁰ definidos para o exercício, estes ajustamentos resultaram num défice de fundos próprios de €1.74 mil milhões em cinco dos bancos avaliados. O Quadro 3 mostra a evolução dos rácios de FPP1 nas diferentes componentes do exercício e os défices resultantes (ou não) para todos os bancos abrangidos.

Quadro 3

Evolução dos rácios de FPP1 e défices de fundos próprios resultantes

Nome do banco	Ponto de partida do rácio de FPP1	Rácio de FPP1 após a análise da qualidade dos ativos	Rácio de FPP1 no cenário de base	Rácio de FPP1 no cenário adverso	Défice de fundos próprios (em milhões de euros)	Emissão líquida de instrumentos de fundos próprios elegíveis como FPP1 ¹⁾ (em milhões de euros)	Défice após a emissão líquida de instrumentos de fundos próprios ¹⁾ (em milhões de euros)
AFD (França)	9.6%	9.2%	8.4%	5.2%	96	0	96 ²⁾
Bank Degroof (Bélgica)	15.8%	15.2%	17.8%	14.2%	N/A	0	N/A
Medifin Holding (Malta)	10.7%	9.8%	8.6%	5.1%	6	29	N/A
UniCredit (Eslovénia)	17.6%	17.4%	18.4%	14.2%	N/A	0	N/A
JP Morgan (Luxemburgo)	30.6%	30.6%	32.7%	31.9%	N/A	0	N/A
Muni. Finance (Finlândia)	29.9%	28.5%	30.2%	20.8%	N/A	0	N/A
Novo Banco (Portugal)	10.2%	10.2%	8.2%	2.4%	1 398	0	1 398
Sberbank (Áustria)	10.7%	9.6%	8.9%	4.2%	138	140 ³⁾	N/A
VTB (Áustria)	9.8%	8.2%	8.9%	4.2%	103	200	N/A

Notas: N/A significa "não aplicável". 1) A elegibilidade de medidas para cobrir défices de fundos próprios permanece sujeita a validação pelas equipas conjuntas de supervisão com base nos planos de capital a apresentar pelos bancos. 2) O défice é coberto por um mecanismo específico, designado "compte de reserve", financiado pelo Estado francês para cobertura dos riscos soberanos do AFD e registado nas contas do AFD (€547 milhões, em 31 de dezembro de 2014). 3) Em 5 de novembro de 2015, o banco registou um aumento adicional de €100 milhões nos FPP1.

3.3 Cobertura dos défices identificados

Os défices de fundos próprios identificados no âmbito da avaliação completa de 2015 podem ser colocados no contexto da recente emissão de instrumentos de

¹⁰ Um limiar de 8% para o rácio de FPP1 no cenário de base e na análise da qualidade dos ativos e de 5.5% no cenário adverso.

fundos próprios pelos bancos avaliados. Desde 1 de janeiro de 2015, foi captado um total de €369 milhões pelos bancos abrangidos, o qual não é tomado em conta no cálculo dos défices de fundos próprios apresentados no Quadro 3, mas será considerado como fator de mitigação dos défices identificados, mediante validação pelas equipas conjuntas de supervisão. Os bancos terão de corrigir atempadamente os défices remanescentes, através da emissão de instrumentos de fundos próprios ou da adoção de outras medidas elegíveis para que as suas posições de fundos próprios regressem aos níveis exigidos. A execução e o acompanhamento das medidas pertinentes serão alinhados com o processo de análise e avaliação para fins de supervisão (*Supervisory Review and Evaluation Process – SREP*).